

NEWE Seguros S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de junho de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	12

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e regulamentares, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras intermediárias, Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes da NEWE Seguros S.A. ("Companhia"), relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

A NEWE Seguros S.A. irá direcionar seus interesses para atender ao mercado brasileiro no fornecimento de produtos de seguros especiais aos clientes, adotando amplo conceito de sustentabilidade econômica e padrões éticos.

A autorização para operar no mercado brasileiro de seguros como Seguradora foi concedida no dia 16 de janeiro de 2017, e atualmente a Companhia possui um capital social de R\$ 59,7 milhões e um patrimônio líquido de 41,3 milhões.

A Companhia, de acordo com seu estatuto social, assegura aos seus acionistas o direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório, a parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício de cada ano, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em 30 de junho de 2020, a Seguradora auferiu R\$65,5 milhões de prêmios emitidos, sendo R\$59,7 milhões de prêmios ganhos, com atuação principal no ramo Rural. O índice de sinistralidade ficou em 57,2% (sinistros ocorridos/prêmios ganhos) e as despesas de comercialização atingiram 16,7% (custos de aquisição/prêmios ganhos). No semestre findo em 30 de junho de 2020, a Seguradora apresentou um lucro de R\$ 791 mil e decidiu, por meio de uma reunião de Diretoria, distribuir R\$350 mil em Juros sobre Capital Próprio.

A política de investimentos da NEWE Seguros S.A. tem como premissa básica a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, dessa forma, as aplicações para a cobertura de provisões técnicas são feitas prioritariamente, diretamente ou via fundos de investimentos, em títulos do Tesouro Nacional.

A administração da NEWE Seguros S.A. fomenta o Programa de Controles Internos da Companhia e fomenta o cumprimento do Código de Conduta em todos os níveis, como parte de seu compromisso com as boas práticas de governança e transparência na condução de seus negócios e dos interesses de clientes, parceiros, colaboradores e acionistas.

Oportunamente, a NEWE Seguros S.A. agradece as orientações e o suporte fornecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e demais autoridades do setor. Às Sociedades Resseguradoras e Corretores de Seguro, a Companhia agradece a confiança e parceria nos negócios e operações realizados e, aproveita também, para agradecer aos nossos colaboradores por sua dedicação e desempenho para o cumprimento dos objetivos da Companhia.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 2020

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da

NEWE Seguros S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da NEWE Seguros S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NEWE Seguros S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

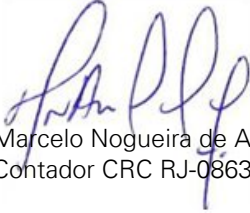
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

NEWE Seguros S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2020	31/12/2019	Passivo	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		<u>177.034</u>	<u>119.051</u>	Circulante		<u>150.245</u>	<u>92.367</u>
Disponível		<u>1.699</u>	<u>1.705</u>	Contas a pagar		<u>2.928</u>	<u>2.691</u>
Caixa e bancos	5	1.610	174	Obrigações a pagar	12.1	1.297	1.520
Equivalentes de caixa	5	89	1.531	Impostos e encargos sociais a recolher	12.2	164	336
Aplicações	6	<u>45.353</u>	<u>56.190</u>	Encargos trabalhistas	12.3	1.034	636
Créditos das operações com seguros e resseguros		<u>50.708</u>	<u>6.046</u>	Impostos e contribuições	12.4	433	129
Prêmios a Receber	7.1	36.629	5.197	Outras contas a pagar	12.5	-	70
Operações com resseguradoras	7.2	14.079	849				
				Débitos de operações de seguros e resseguros		<u>56.768</u>	<u>25.550</u>
Ativos de resseguro	14.1	<u>71.411</u>	<u>50.026</u>	Prêmios a restituir		561	23.945
				Operações com Resseguradoras	3.1 e 13.4	49.366	984
Títulos e créditos a receber		<u>1.058</u>	<u>457</u>	Corretores de seguros e resseguros	13.3	6.840	621
Créditos a receber		606	-				
Créditos tributários e previdenciários	8.1	-	425	Depósitos de terceiros		<u>627</u>	<u>429</u>
Outros créditos		451	32	Provisões técnicas - seguradoras	14.2	<u>89.923</u>	<u>63.697</u>
Custos de aquisição diferidos	9	<u>6.064</u>	<u>4.428</u>	Danos		89.923	63.697
Seguros		6.064	4.428				
Despesas antecipadas		<u>741</u>	<u>199</u>	Passivo não circulante		<u>38</u>	<u>316</u>
Ativo não circulante		<u>14.567</u>	<u>14.159</u>	Contas a pagar		-	253
Realizável a longo prazo		<u>12.557</u>	<u>12.374</u>	Tributos diferidos		-	203
Ativos de resseguro	14.1	<u>14</u>	<u>35</u>	Contingências		-	50
Títulos e créditos a receber		<u>12.535</u>	<u>12.306</u>	Provisões técnicas - seguradoras	14.2	<u>38</u>	<u>63</u>
Créditos tributários e previdenciários	8.1	12.363	12.306	Danos		38	63
Outros créditos operacionais		172	-	Patrimônio líquido		<u>41.318</u>	<u>40.527</u>
Custos de aquisição diferidos	9	<u>8</u>	<u>16</u>	Capital social	17	59.700	59.700
Seguros		8	16	Prejuízos acumulados		<u>(18.382)</u>	<u>(19.173)</u>
Despesas antecipadas		-	17				
Imobilizado	10	<u>641</u>	<u>784</u>				
Bens móveis		525	579				
Outras imobilizações		<u>116</u>	<u>205</u>				
Intangível	11	<u>1.369</u>	<u>1.001</u>				
Total do ativo		<u>191.601</u>	<u>133.210</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>191.601</u>	<u>133.210</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NEWE Seguros S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	30/06/2020	30/06/2019
Prêmios emitidos líquidos	19	65.552	40.027
Variações das provisões técnicas de prêmios	19	<u>(5.826)</u>	<u>11.098</u>
Prêmios ganhos	19	<u>59.726</u>	<u>51.125</u>
Sinistros ocorridos	20.1	(34.163)	(47.737)
Custos de aquisição	20.2	(9.973)	(8.377)
Outras receitas e despesas operacionais		(200)	(2.352)
Resultado com resseguro	20.3	<u>(4.490)</u>	<u>12.673</u>
Receita com resseguro		31.341	46.940
Despesa com resseguro		(35.831)	(34.267)
Despesas administrativas	20.4	(9.860)	(6.573)
Despesas com tributos	20.5	(1.323)	(271)
Resultado financeiro	20.6	<u>1.001</u>	<u>289</u>
Receitas financeiras	20.6	2.256	1.783
Despesas financeiras	20.6	<u>(1.255)</u>	<u>(1.494)</u>
Resultado operacional		<u>715</u>	<u>(1.222)</u>
Resultado antes dos impostos e participações		<u>715</u>	<u>(1.222)</u>
Imposto de renda corrente	21	87	-
Contribuição social corrente	21	44	-
Participações sobre o lucro		<u>(55)</u>	<u>(24)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do semestre		<u><u>791</u></u>	<u><u>(1.246)</u></u>
Quantidade de ações		77.212.205	77.212.205
Lucro líquido (prejuízo) por ação (em R\$)		0,0102	(0,0161)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NEWE Seguros S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro/(Prejuízo) do semestre	791	(1.246)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	433
Efeito tributário	-	(173)
	<hr/>	<hr/>
Outros componentes do resultado abrangente	-	260
	<hr/>	<hr/>
Total do resultado abrangente do semestre	791	(986)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NEWE Seguros S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social subscrito	Aumento de capital em aprovação	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	17	48.000	11.700	168	(31.918)	27.950
Ajuste com títulos e valores mobiliários		-	-	260	-	260
Aumento de capital conforme Portaria SUSEP/DIORG nº1.282 de 22/02/2019		11.700	(11.700)	-	-	-
Prejuízo do semestre		-	-	-	(1.246)	(1.246)
Saldos em 30 de junho de 2019		<u>59.700</u>	<u>-</u>	<u>428</u>	<u>(33.164)</u>	<u>26.965</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17	<u>59.700</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19.173)</u>	<u>40.527</u>
Lucro líquido do semestre		-	-	-	791	791
Saldos em 30 de junho de 2020		<u>59.700</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18.382)</u>	<u>41.318</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NEWE Seguros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	791	(1.246)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	234	151
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(16)	1.938
Variação das contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	10.838	10.607
Créditos das operações	(44.663)	(9.771)
Ativos de resseguro	(21.364)	15.565
Créditos tributários e previdenciários	(238)	15
Outros ativos	(2.965)	1.052
Fornecedores e outras contas a pagar	(495)	(374)
Impostos e contribuições	530	(312)
Débitos das operações	31.217	2.984
Provisões técnicas - seguros	26.201	(20.133)
Outros passivos	146	421
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>216</u>	<u>897</u>
Juros recebidos	237	850
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>453</u>	<u>1.747</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(23)	(27)
Aquisição de intangível	(436)	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	<u>(459)</u>	<u>(27)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(6)</u>	<u>1.720</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.705	1.013
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	1.699	2.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Em 6 de novembro de 2019, foi publicada a Portaria SUSEP nº 7.556, de 30 de outubro de 2019, através da qual a Superintendência de Seguros Privados aprovou a transferência do controle acionário e da ingerência efetiva nos negócios da Markel Seguradora do Brasil S.A., CNPJ nº 26.609.195/0001-65, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, para os acionistas da CBM Participações Ltda, na forma do contrato de compra e venda de ações firmado em 26 de junho de 2019 e do acordo de quotistas celebrado em 15 de julho de 2019.

Em 22 de novembro de 2019, foi publicada a Portaria SUSEP nº 116, de 7 de novembro de 2019, através da qual a Superintendência de Seguros Privados aprovou a mudança da denominação social da Markel Seguradora do Brasil S.A. para NEWE Seguros S.A.

A NEWE Seguros S.A. (anteriormente denominada Markel Seguradora do Brasil S.A.) (“NEWE Seguros” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1, Conjunto 806 - parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ. Seu controle acionário é exercido, a partir de 30 de outubro de 2019, pela CBM Participações Ltda., com 100% de participação societária nas ações ordinárias.

A NEWE Seguros tem como objeto social todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades de seguros em todos os ramos e participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

Em 16 de janeiro de 2017, foi publicada a Portaria Susep nº 6.780, de 12 de janeiro de 2017, através da qual a Superintendência de Seguros Privados concedeu à NEWE Seguros autorização para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional.

2 Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e base de preparação

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21(R1).

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora foi autorizada pela administração em 7 de agosto de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens reconhecidos no balanço pelo valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar ao longo dos anos. A principal estimativa reconhecida pela Companhia envolvendo apólices de seguros e contratos de resseguros refere-se à provisão de sinistros ocorridos e não avisados (*Incurred But Not Reported* - IBNR) e a provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (*Incurred but not enough reported* - IBNER). A Companhia utiliza as fontes de informação (internas e externas) disponíveis sobre experiências passadas e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisão da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para apólices cujo evento segurado já tenha ocorrido em conformidade com as condições gerais e notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para o pagamento das obrigações devidas.

Informações adicionais sobre estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados - IBNR
- Provisão de Sinistros Ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER
- Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para ambos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias.

3.1 Disponível

Considerando as características dos ativos financeiros da Companhia, incluem o dinheiro em caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa.

3.2 Instrumentos financeiros

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia pode classificar seus passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos.

A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

3.2.1 *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

3.2.2 *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, receita financeira e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida (veja (b)(i)), são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

3.2.3 *Empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2.4 *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.3 Recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia, por ter iniciado suas operações em 2017 e não possuir histórico suficiente para a realização de um estudo de inadimplência, utilizou em Junho de 2020, a metodologia descrita no Artigo 168 da Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações para avaliar a necessidade de constituição de perda dos créditos contabilizados na rubrica contábil Prêmios a receber, exceto os saldos de prêmios subvencionados, cujas contrapartes são o Governo Federal e os Governos Estaduais de São Paulo e Paraná, e tendo sido necessário o reconhecimento de perda no montante de R\$952 (R\$2.483 em dezembro de 2018).

Ativos não financeiros

Ativos não financeiros são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja total ou parcialmente recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos respectivos custos de venda). Para fins de testes de *impairment*, os ativos não financeiros são agrupados por categoria.

A Companhia não identificou necessidade de constituição de *impairment* para os ativos supracitados.

3.4 Ativos e passivos originados de contratos de resseguro

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados.

Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas de contratos proporcionais firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou, cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos.

3.5 Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas estão documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA). A Companhia, observando as normas vigentes, constitui as seguintes provisões técnicas:

- **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)** - é constituída com a finalidade de cobrir sinistros a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes e registrados na data-base. É calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA.
- **Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE)** - é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência.
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - é constituída de acordo com a melhor estimativa da provisão com base nas notificações de sinistros recebidas, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato, ajustada periodicamente com base nas análises feitas pela área responsável e metodologia descrita na NTA, e avaliada regularmente através de testes de consistência.
- **Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL Jud)** – é constituída para cobertura dos valores esperados relativos aos sinistros que estão sendo discutidos judicialmente. É realizada individualmente para cada caso e segue as normas determinadas pela SUSEP e metodologia descrita em NTA, e avaliada regularmente através de testes de consistência.
- **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR e IBNER)** - são constituídas, respectivamente, para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros já ocorridos e ainda não avisados, tanto para os sinistros judiciais como os administrativos, e para ajustar de forma global a PSL, considerando apenas os sinistros administrativos. Os cálculos seguem as normas determinadas pela SUSEP e metodologia descrita em NTA, e são avaliadas regularmente através de testes de consistência.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - é constituída para a cobertura das despesas exclusivas da Companhia relacionadas aos sinistros. A provisão é calculada seguindo as normas determinadas pela SUSEP e metodologia descrita em NTA, e avaliada regularmente através de testes de consistência.

3.6 Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

De acordo com o instituído pelo CPC nº 11, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para os contratos de seguros vigentes, instituído pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e respectivas alterações, tem como objetivo avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis relacionados, em comparação com o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos vigentes.

O mesmo é elaborado em cada balanço, no mínimo, sendo que este TAP foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes na data-base de 30 de junho de 2020, brutos de resseguro, com premissas atuariais atualizadas.

As projeções dos fluxos de caixa ocorrem apenas até a data do vencimento das apólices atuais. As provisões, despesas operacionais e despesas de comercialização diferidas são abrangidas pelas projeções.

Os parâmetros necessários à projeção, como despesas administrativas, despesas operacionais e a sinistralidade, foram baseados utilizando bases de dados históricas da Companhia e também estatísticas do mercado segurador, disponibilizadas pela SUSEP por meio do SES (Sistema de Estatísticas da SUSEP).

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados utilizou as taxas de desconto obtidas pela estrutura a termo de taxas de juros livres de risco (ETTJ), segregada em ETTJ Pré-fixada para contratos em Real e ETTJ Cambial para contratos com moeda estrangeira, apresentada no artigo Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros para Utilização pelo Mercado Segurador Brasileiro.

O teste de adequação conduzido pela Companhia, permite afirmar que as provisões técnicas são suficientes para cobrir os compromissos futuros referentes aos riscos assumidos até 30 de junho de 2020. Não há necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura - PCC, pois o teste de adequação dos passivos não apurou uma insuficiência da provisão de prêmios não ganhos - PPNG para a cobertura dos sinistros a ocorrer. Com relação às demais provisões técnicas, PSL, IBNR, IBNER e PDR também não há insuficiências a cobrir.

3.7 Imobilizado

O imobilizado compreende equipamentos, móveis, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado é avaliado pelo custo histórico e compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

3.8 Ativo intangível

O ativo intangível é composto por licenças de software adquiridas, capitalizadas com base nos custos incorridos até o ponto em que esses softwares estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos ou período de uso da licença quando definido pelo fornecedor.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 20% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados pela aplicação das alíquotas vigentes de cada imposto sobre as respectivas bases e são reconhecidos levando-se em conta a expectativa da Administração da Companhia sobre a utilização desses ativos no futuro, baseada em projeções elaboradas para o período máximo de dez anos.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e contribuição social correntes e diferidos.

3.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da respectiva Assembleia.

3.11 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Companhia pode optar por destinar parte do lucro sob a forma de juros sobre capital próprio como uma despesa antes do lucro líquido.

3.12 Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência.

3.12.1 Prêmios emitidos

Os prêmios de seguro são reconhecidos quando da aceitação dos riscos cobertos e correspondente emissão dos contratos, com base na melhor estimativa, podendo ser ajustados ao longo do período de vigência. A Companhia constitui o prêmio RVNE com base em metodologia própria conforme apresentado na Nota técnica atuarial.

Os prêmios emitidos são apropriados ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do período de risco.

3.12.2 Comissão de corretagem e comissão diferida

As despesas de comercialização oriundas de corretagens são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

3.12.3 Sinistros

Os sinistros são contabilizados a partir do momento em que a Companhia é notificada pelo segurado.

3.12.4 *Participações nos lucros*

O plano de participações dos empregados e administradores nos lucros é baseado, atualmente, no acordo do sindicato para a categoria.

As participações nos lucros são contabilizadas em bases mensais.

3.12.5 *Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas por entidade supervisionada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP*

a. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo. Já em vigor pelo Comitê de pronunciamento Contábil desde 01 de janeiro de 2018, mas está sendo referendado pela SUSEP.

b. CPC 6 (R2) / IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a CPC 47/IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da CPC 06 (R2)/IFRS 16.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

4 Estrutura de gestão de riscos

A Gestão de Riscos é fundamental em todas as atividades. Ela é usada para agregar valor ao negócio enquanto fornece suporte para as áreas, além de criar valor para os acionistas. A Gestão de Riscos protege a reputação da Companhia e também nos ajuda a antecipar e mitigar potenciais perdas inerentes à atividade de seguro.

A NEWE implementou e tem aprimorado a estrutura local de Gestão de Riscos em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações.

4.1 Princípios da estrutura de gestão de riscos

Os princípios aplicados à Estrutura de Gestão de Riscos da NEWE são os seguintes:

- Aprimoramento - é um processo que deve ser desenvolvido continuamente.
- Alcance - a estrutura de controles internos deve ser:
 - Abrangente - a fim de abranger a totalidade do nosso negócio
 - Comunicada - para que todos tenham conhecimento do programa
 - Simples - para que todos possam compreendê-la
 - Relevante - a fim de que todos se envolvam com o processo
 - Utilizada - ele realmente deve fazer parte de nossas operações do dia-a-dia
- Evidente - as políticas e procedimentos de gestão de riscos são documentados, de forma que profissionais razoavelmente qualificados e experientes possam compreender a estrutura sem dificuldades ou necessidade de explicações adicionais.
- Emergente - tem um processo para identificar e mitigar riscos emergentes
- Eficaz - a estrutura tem que funcionar.

A Companhia geralmente está exposta a riscos originados de suas operações, que podem afetar, com maior ou menor grau, seus objetivos estratégicos e financeiros. Dentre tais riscos, podemos citar o Risco de Subscrição, Risco de Reserva, Risco Operacional, Risco de Liquidez, Risco de Mercado e Risco de Crédito. Todos esses riscos são avaliados, mensurados, tratados e monitorados dentro da estrutura de Gestão de Riscos da Companhia através de relatório trimestral de indicadores de riscos.

A Diretoria e os Gestores Técnicos e Operacionais, juntamente com o Gestor de Riscos, tem suas funções definidas na estrutura de Gestão de Riscos e atuam conjuntamente para assegurar a gestão contínua e efetiva dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

4.1.1 Risco de subscrição

Definimos o Risco de Subscrição como:

"O risco de perda decorrente das incertezas inerentes à ocorrência, quantidade e vencimento de passivos de resseguro, com foco sobre os riscos que surgem a partir da aceitação de negócios."

A Companhia está apta a oferecer cobertura de seguro para todo o mercado brasileiro. Atualmente o foco está nas carteiras riscos rurais, riscos financeiros e responsabilidade civil, sob condições contratuais dos produtos registrados na SUSEP cujas respectivas autorizações de comercialização encontram-se em vigor. Nossos canais de distribuição incluem a intermediação por corretores de seguros.

4.1.2 Subscrição de risco

A área técnica de subscrição avalia uma série de fatores, incluindo, mas não limitado a: tipo de risco a ser aceito, ramo, avaliação atuarial de adequação do prêmio, distribuição geográfica dos riscos expostos, exposição aos riscos catastróficos, avaliação histórica de sinistros do segurado e, se possível, uma comparação entre a sinistralidade do segurado e a do mercado. A Companhia mantém um controle de suas exposições agregadas, permitindo avaliar com mais nitidez, onde sua capacidade pode ser aplicada, sem exceder seus limites máximos de exposição por risco. O desenvolvimento da carteira também é acompanhado por relatórios mensais.

Elementos-chave do gerenciamento de riscos de subscrição incluem monitorar o desenvolvimento de riscos e constante revisão dos pressupostos atuariais utilizados para o cálculo das provisões técnicas. Prêmios e provisões são determinadas com base em pressupostos cuidadosamente escolhidos. Desta forma, a Companhia garante o cumprimento das obrigações assumidas em qualquer momento. Além disso, a Companhia tem a capacidade de proteger suas exposições brutas através de coberturas de resseguro.

4.1.3 Revisão do risco de subscrição

A cada trimestre são realizadas reuniões corporativas de avaliação, que funcionam como fóruns nos quais os executivos se encontram com os responsáveis pelo gerenciamento de risco e discutem indicadores-chave de desempenho.

A Companhia continuamente aprimora suas reuniões de avaliação às quais atendem os Diretores/Executivos responsáveis pela subscrição, provisões e reservas, risco de crédito e risco operacional a fim de assegurar um melhor e mais adequado acompanhamento de indicadores-chave de performance e indicadores-chave de risco, cujas premissas estão contidas em nossa política de subscrição e controles internos.

4.2 Risco operacional

Definimos o risco operacional como:

- "O risco de perdas resultantes da inadequação ou falha interna de processos, pessoas e sistemas ou de eventos externos". Isto inclui falha, deficiência, inadequação dos processos, incluindo riscos legais, tais como ações judiciais trabalhistas ou cíveis. Nele também está incluído o risco de ações criminosas cometidas por empregados ou terceiros, violações de leis contra fraude, incorreto processamento de dados, interrupção de negócios, não cumprimento das obrigações e divergências com parceiros de negócios.

- A Companhia está organizada para lidar com situações de emergência e de crise, quando a sequência dos principais processos e sistemas não estiver garantida e a estrutura organizacional natural não estiver mais adequada para lidar com tais circunstâncias. A Companhia está preparada para dar continuidade a seus negócios e tem a tecnologia para lidar com situações de emergência, desastres ou catástrofes, de acordo com seu plano de continuidade de negócios.
- A Companhia tem seu Registro de Riscos onde estão documentados os principais riscos aos quais a Companhia está exposta e os controles em vigor que tratam tais riscos. Os riscos e controles são reavaliados e validados trimestralmente pelo responsável por cada processo e, ainda, acompanhados e revisados pela Gestão de Riscos da Companhia.
- A Companhia se submete a auditorias internas periódicas que incluem os testes sobre a eficácia dos controles internos, em cumprimento a políticas corporativas e em conformidade com a legislação vigente.

4.2.1 Teste de sensibilidade nas atividades de seguros e resseguro

Variáveis	Premissas	Impacto no resultado e patrimônio líquido em 30/06/2020	
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(3.416)	(256)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	3.416	256
Corretagem	Aumento de 10%	(997)	772
Corretagem	Diminuição de 10%	997	(772)

Variáveis	Premissas	Impacto no resultado e patrimônio líquido em 30/06/2019	
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(4.774)	(222)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	4.774	222
Corretagem	Aumento de 10%	(838)	627
Corretagem	Diminuição de 10%	838	(627)

4.2.2 Concentração de risco por região de atuação

Grupo de ramo	30/06/2020		
	Prêmios Emitidos	Prêmios Cedidos	Prêmios Retidos
Centro-oeste	7.932	7.337	595
Nordeste	(17)	(16)	(1)
Norte	(474)	(438)	(36)
Sul	51.712	47.834	3.878
Sudeste	5.616	5.194	422
Prêmio RVNE	782	729	53
Total	65.551	60.640	4.911

	30/06/2019		
Grupo de ramo	Prêmios Emitidos	Prêmios Cedidos	Prêmios Retidos
Centro-oeste	8.031	7.730	301
Nordeste	(518)	(499)	(19)
Norte	(302)	(290)	(11)
Sul	31.342	30.198	1.144
Sudeste	2.979	2.867	112
Prêmio RVNE	(1.506)	(1.398)	(108)
Total	40.027	38.608	1.419

4.2.3 Tabela de evolução de sinistros

	30/06/2020				
Ano de Subscrição	2017	2018	2019	2020	Total
Montante estimado para sinistros					
No ano do aviso	28	43.643	43.789	56.069	
Um ano após o aviso	187	74.079	43.606	-	
Dois anos após o aviso	187	74.482	-	-	
Três anos após o aviso	187	-	-	-	
Estimativa dos sinistros na data-base	187	74.842	43.606	56.069	174.704
Pagamentos de sinistros efetuados	(187)	(68.268)	(41.966)	(11.847)	(122.267)
Provisão de sinistros a liquidar	-	6.574	1.641	44.222	52.437
Resseguro					(48.576)
Provisões líquidas de resseguro					3.861

Risco de liquidez

Definimos o risco de liquidez como:

- "o risco de que não sejam mantidos recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir com os compromissos nas datas de seus vencimentos".
- O conceito de liquidez é vital para quaisquer instituições do mercado financeiro e do mercado de capitais.
- Um objetivo-chave do gerenciamento do risco de liquidez da Companhia é monitorar os prazos de liquidação de direitos e obrigações. São elaboradas análises mensais do fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados com os ativos garantidores das provisões técnicas, a fim de mitigar esse risco. Adicionalmente, a Companhia possui a totalidade de seus ativos garantidores investidos em títulos públicos do Tesouro Nacional, com elevada qualificação de liquidez.
- A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros e de contratos de seguros existentes classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 30 de junho 2020

	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado (*)	45.353	-	45.353
Créditos das operações com seguros e resseguros	50.708	-	50.708
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	1.699	-	1.699
Ativos de contratos de resseguro	<u>71.411</u>	<u>14</u>	<u>71.425</u>
Total de ativos financeiros	<u>169.171</u>	<u>14</u>	<u>169.185</u>
Passivos financeiros			
Contas a pagar	2.928	-	2.928
Débitos das operações com seguros e resseguros	56.768	-	56.768
Passivos de contratos de seguro	<u>89.923</u>	<u>38</u>	<u>89.961</u>
Total de passivos financeiros	<u>149.619</u>	<u>38</u>	<u>149.657</u>

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2019

	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado (*)	56.190	-	56.190
Créditos das operações com seguros e resseguros	6.045	-	6.045
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	1.705	-	1.705
Ativos de contratos de resseguro	<u>50.025</u>	<u>35</u>	<u>50.061</u>
Total de ativos financeiros	<u>113.966</u>	<u>35</u>	<u>114.001</u>
Passivos financeiros			
Contas a pagar	2.691	203	2.894
Débitos das operações com seguros e resseguros	25.550	-	25.550
Passivos de contratos de seguro	<u>29.694</u>	<u>63</u>	<u>29.758</u>
Total de passivos financeiros	<u>57.936</u>	<u>266</u>	<u>58.202</u>

(*) Esses ativos estão apresentados na tabela com base nos vencimentos originais, entretanto possuem alta liquidez.

4.3 Risco de mercado

Risco de mercado pode ser definido como a perda potencial decorrida de oscilações dos preços de mercado do ativo objeto ou mesmo de fatores exógenos que influenciam os preços de mercado. São exemplos de fatores de risco: o risco relacionado à variação cambial, taxa de juros, preços de ações, de mercadorias (*commodities*), entre outros.

4.3.1 Taxa de juros

Um dos fatores de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta na data do balanço é a taxa de juros (Selic). A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela demonstrada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros da Companhia, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e dos impactos potenciais sobre o resultado do exercício e do patrimônio líquido.

30/06/2020				
Classe	Premissas %	Saldo contábil	Impacto no patrimônio líquido/ resultado	Novo saldo
Quotas de fundos de investimentos		45.353	-	45.353
Total		45.353	-	45.353
Impacto líquido de Efeito Tributário		-	-	-
31/12/2019				
Classe	Premissas %	Saldo contábil	Impacto no patrimônio líquido/ resultado	Novo saldo
Ativos Pós-Fixados Públicos Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Aumento de 1% na taxa de juros	19.811	(19)	19.792
Quotas de fundos de investimentos		27.879	-	27.879
Ativos Pós-Fixados Privados Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Redução de 1% no CDI	8.500	(1)	8.499
Total		56.190	(20)	56.170
Impacto líquido de Efeito Tributário		-	(12)	-

4.3.2 **Impactos nos negócios devido a Covid-19**

A Companhia efetuou uma análise criteriosa sobre os principais efeitos no negócio devido a pandemia da Covid-19, abordando os principais aspectos relacionados a: Capacidade operacional, receita de prêmios, sinistros e solvência. Por fim, a NEWE fez uma matriz correlacionando um possível impacto da Covid-19 na solvência e a medida adotada para mitigar o risco.

a. Capacidade operacional

Todos os colaboradores da NEWE estão em home-office desde o dia 18/03/2020, mesmo antes de o decreto de calamidade pública ter sido publicado no dia 20/03/2020, mantendo todas as operações regularmente, sem qualquer prejuízo, até a presente data.

b. Receita de prêmios

A principal linha de negócios da Companhia é o ramo Rural, que até maio de 2020, apresentou um crescimento de 28,3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse dado reforça os números apresentados pela Companhia no primeiro semestre de 2020, onde se constatou um aumento nos prêmios emitidos de 64% em relação ao mesmo período do ano anterior. Com base nessas informações, a Companhia não estima impacto nas receitas de prêmio para o ano de 2020 devido a Covid-19.

c. Sinistros

Considerando que atualmente o nosso único produto comercializado é o seguro agrícola, o qual oferece cobertura para riscos climáticos, a pandemia não deve influenciar o volume de sinistros ocorridos.

d. Solvência

Um dos nossos principais pilares é a atenção constante com a solvência. A NEWE monitora e avalia, mensalmente, os riscos de crédito, subscrição e de mercado a fim de mitigar um possível impacto à capacidade de solvência da Companhia decorrente de uma situação como a pandemia da Covid-19. Principais ações:

- (i) Nosso CMR é o capital base exigido pela SUSEP, R\$ 15 milhões. Nossas operações ainda não alcançaram um patamar em que o capital de risco seja superior ao capital base;
- (ii) Como atuamos em um ramo catastrófico, possuímos um painel de resseguro cuja cessão é de 92,5% dos riscos assumidos;
- (iii) Nosso painel de resseguro possui grandes resseguradores internacionais, cujos patrimônios líquidos somados nos dá um suporte no montante de cerca de US\$ 78 bilhões;
- (iv) Nossas aplicações financeiras estão 100% concentradas em papeis do tesouro nacional, com a maioria dos papéis pós fixado atrelados à Selic e com baixo risco de mercado.

Matriz possíveis impactos na Solvência x Medidas NEWE

Impactos na Solvência	Medida NEWE
Aumento no número de sinistros	A NEWE cede 92,5% dos riscos assumidos, portanto mesmo que a pandemia gere um aumento significativo nos sinistros avisados, a NEWE sofrerá um impacto de 7,5% desse montante.
Risco de inadimplência dos segurados	Mais de 95% do total de prêmios emitidos na NEWE são pagos em duas parcelas, sendo que o segurado efetua o pagamento de 60% do prêmio à vista e os outros 40% são de responsabilidade do governo, devido ao programa de subvenção do seguro rural.
Risco de crédito Resseguradores	A NEWE possui em seu painel de Resseguro somente ressegurador com alto grau de investimento conforme agências de crédito. O patrimônio líquido somado do painel de resseguro está em torno de US\$ 78 bilhões
Aumento do Capital mínimo requerido	O capital mínimo requerido da NEWE é o capital base exigido pela SUSEP. A companhia possui patrimônio líquido ajustado significativamente superior a esse montante. Ainda há uma margem relevante para que os riscos de crédito, mercado e subscrição impactem nosso capital mínimo requerido.
Ativos garantidores	A NEWE possui uma política de vincular 100% de suas aplicações financeiras para as reservas técnicas. Essa vinculação integral em conjunto com a baixa retenção dos riscos garante a NEWE capacidade para passar pela pandemia sem afetar sua posição de ativos garantidores.
Liquidez das aplicações financeiras	A NEWE concentra 100% de suas aplicações em fundos de investimentos com liquidez imediata e com contraparte dos papéis o tesouro nacional.

4.4 Risco de crédito

Definimos o risco de crédito como:

- "O risco de perda resultante da incapacidade de uma contraparte em cumprir com suas obrigações de pagamento".
- Para a NEWE as contrapartes-chave dentro do risco de crédito são seguradoras, resseguradoras e corretoras de resseguro.
- O Risco de crédito é o risco de perda de valor dos ativos de resseguro e ativos financeiros como resultado de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte das suas obrigações com a Companhia.
- A NEWE tem políticas para garantir que limites ou certas exposições a risco de crédito não sejam excedidas através de monitoramento e controle utilizando indicadores-chave de risco e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em conta a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e da dinâmica de fatores de mercado.

- A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros mantidos pela Companhia distribuídos por *rating* de crédito de acordo com a agência classificadora de risco *Moody's*. Os ativos classificados na categoria “sem *rating*” compreendem substancialmente valores a serem recebidos de estipulantes que não possuem *rating* de crédito individuais.

<u>30/06/2020</u>				
Composição da carteira por classe e categoria contábil	Moody's Ba2	Moody's Ba3	Sem rating	Saldo contábil
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	-	1.699	-	1.699
Valor justo por meio de resultados				
Quotas de fundos de investimentos	-	45.353	-	45.353
Empréstimos e recebíveis				
Prêmios a receber de segurados	-	-	8.798	8.798
Exposição máxima ao risco de crédito	-	47.052	8.798	55.850
<u>31/12/2019</u>				
Composição da carteira por classe e categoria contábil	Moody's Ba2	Moody's Ba3	Sem rating	Saldo contábil
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	-	1.531	-	1.531
Valor justo por meio de resultados				
Ativos pós-fixados públicos	19.811	-	-	19.811
Quotas de fundos de investimentos	-	27.879	-	27.879
Ativos pós-fixados privados	-	8.500	-	8.500
Empréstimos e recebíveis				
Prêmios a receber de segurados	-	-	5.197	5.197
Exposição máxima ao risco de crédito	19.811	37.910	5.197	62.918

5 Caixa, bancos e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas bancárias	1.610	173
Equivalentes de caixa	89	1.531
	<u>1.699</u>	<u>1.705</u>

São considerados equivalentes de caixa as aplicações em operações compromissadas lastreadas em CDB.

6 Aplicações financeiras

6.1 Composição das aplicações financeiras

30/06/2020							
	Aquisição	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado/Contábil	Ganhos/Perdas não realizados	% aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado							
Cotas de fundos de investimentos	11/11/2019	-	2.767	2.767	-	6,1	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	05/12/2019	-	3.328	3.328	-	7,3	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	17/12/2019	-	10.222	10.222	-	22,5	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	28/02/2020	-	1.825	1.825	-	4	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	04/03/2020	-	2.024	2.024	-	4,5	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	12/03/2020	-	1.219	1.219	-	2,7	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	18/03/2020	-	2.026	2.026	-	4,5	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	20/03/2020	-	12.645	12.645	-	27,9	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	03/04/2020	-	1.362	1.362	-	3	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	20/03/2020	-	7.935	7.935	-	17,5	IMA-B
Total títulos valor justo por meio de resultado(*)	-	-	<u>45.353</u>	<u>45.353</u>	-	<u>100</u>	-
Total das aplicações financeiras(*)	-	-	<u>45.353</u>	<u>45.353</u>	-	<u>100</u>	-
Total classificado no ativo circulante	-	-	-	45.353	-	-	-
31/12/2019							
	Aquisição	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado/Contábil	Ganhos/Perdas não realizados	% aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado							
Títulos públicos federais - LFT	08/03/2019	01/09/2025	19.811	19.811	-	35,26	Selic
Títulos privados – CDB	02/09/2019	17/08/2022	8.500	8.500	-	15,13	99,5% CDI
Cotas de fundos de investimentos	31/10/2019	-	7.558	7.558	-	13,46	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	11/11/2019	-	7.046	7.046	-	12,54	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	05/12/2019	-	3.265	3.265	-	5,8	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	17/12/2019	-	10.010	10.010	-	17,81	% CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado	-	-	<u>56.190</u>	<u>56.190</u>	-	<u>100</u>	
Total das aplicações financeiras	-	-	<u>56.190</u>	<u>56.190</u>	-	<u>100</u>	
Total classificado no ativo circulante	-	-	-	56.190	-	-	-

(*) Saldo composto por investimentos em títulos públicos federais vinculados à cobertura de provisões técnicas, custodiados pelo Banco Itaú. Conforme Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações.

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

	LFT	Cotas	NTN-F	CDB	Total
Saldo em 31/12/2018	-	-	18.708	20.471	39.179
Aplicações	-	-	-	-	-
Resgates	-	-	-	(11.980)	(11.980)
Rendimentos	-	-	817	415	1.232
Recebimento de juros	-	-	(850)	-	(850)
Ajuste a valor de mercado	-	-	402	-	402
Saldo em 30/06/2019	-	-	19.077	8.906	27.983
Saldo em 31/12/2019	19.811	27.879	-	8.500	56.190
Aplicações	-	29.327	-	-	29.327
Resgates	(19.977)	(13.114)	-	(8.571)	(41.662)
Rendimentos	166	1.261	-	71	1.498
Saldo em 30/06/2020	-	45.353	-	-	45.353

6.3 Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC nº 40 (R1), os instrumentos financeiros devem ser classificados por níveis de hierarquia, sendo:

- a. **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;
- b. **Nível 2** - Classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e
- c. **Nível 3** - Ativo ou passivo que não é calculado com base em dados observáveis do mercado (fato não observável).

A tabela a seguir apresenta a classificação dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia mensurados ao valor justo e de acordo com o nível de hierarquia:

Títulos	30 de junho de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo através do resultado						
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	-	-	8.500	8.500
Cotas de Fundos de Investimentos	45.353	-	45.353	27.879	-	27.879
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	19.811	-	19.811
	45.353	-	45.353	47.690	8.500	56.190

Não houve transferência entre níveis em 2020 e 2019.

7 Créditos das operações de seguros e resseguros

Compreende os prêmios a receber oriundos de contratos de seguros e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras.

7.1 Composição dos prêmios a receber por ramo

Grupo de ramo	30/06/2020	31/12/2019
	Total de prêmios a receber	Total de prêmios a receber
Rural	32.762	2.095
RVNE	4.819	4.037
RVR - Prêmios a receber	(952)	(936)
Total	36.629	5.196
Circulante	36.629	5.196

A Companhia em 30 de junho de 2020 registrou provisão para redução a valor recuperável de prêmios no montante de R\$952 (R\$936 em 31 de dezembro de 2019).

7.2 Composição de sinistros pagos a recuperar de resseguradoras

Grupo de ramo	30/06/2020			31/12/2019		
	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Local
Rural	4.813	1.267	6.980	494	3	14
Total	4.813	1.267	6.980	494	3	14
Circulante	4.813	1.267	6.980	494	3	14

7.3 Movimentação de prêmios a receber

	Prêmios a receber
Saldo em 31/12/2018	14.096
Emissões	47.032
Cancelamentos	(5.499)
RVNE	(1.506)
Recebimentos	(31.796)
Redução ao Valor Recuperável	(2.062)
Saldo em 30/06/2019	20.265
Saldo em 31/12/2019	5.197
Emissões	67.401
Cancelamentos	(2.631)
RVNE	782
Recebimentos	(34.116)
Redução ao Valor Recuperável	(4)
Saldo em 30/06/2020	36.629

7.4 Aging de créditos das operações de seguros e resseguros

a. Prêmios a receber

	30/06/2020	31/12/2019
Sem vencimento	<u>4.819</u>	<u>4.038</u>
A vencer até 30 dias	1.181	466
A vencer de 31 a 60 dias	10.334	12
A vencer de 61 a 120 dias	14.310	99
A vencer de 121 a 180 dias	1.803	18
A vencer de 181 a 365 dias	2.030	-
A vencer acima de 365 dias	<u>7</u>	<u>-</u>
	<u>29.669</u>	<u>595</u>
Vencidos até 30 dias	1.112	522
Vencidos de 31 a 60 dias	400	-
Vencidos de 61 a 120 dias	586	42
Vencidos de 121 a 180 dias	30	161
Vencidos de 180 a 365 dias	<u>190</u>	<u>542</u>
Vencidos acima de 365 dias	<u>775</u>	<u>233</u>
	<u>3.093</u>	<u>1.500</u>
Créditos com operações de seguros e resseguros	<u>37.581</u>	<u>6.133</u>
Redução ao Valor Recuperável	<u>(952)</u>	<u>(936)</u>
Saldo	<u>36.629</u>	<u>5.197</u>

b. Sinistros Pagos

	30/06/2020	31/12/2019
Reconhecidos em até 30 dias	5.270	405
Reconhecidos entre 31 a 60 dias	3.955	105
Reconhecidos entre 61 a 120 dias	3.035	1
Reconhecidos entre 121 a 180 dias	800	-
Reconhecidos entre 181 a 365 dias	-	-
Reconhecidos acima de 365 dias	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>13.060</u>	<u>511</u>
Redução ao Valor Recuperável	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo	<u>13.060</u>	<u>511</u>

8 Títulos e créditos a receber

8.1 Créditos e débitos tributários e previdenciários

Composição dos créditos tributários

Circulante	30/06/2020	31/12/2019
Créditos Tributários		
Imposto de renda a compensar	1	1
Antecipação de Imposto de Renda	137	-
Antecipação de contribuição social	82	38
Pis a recuperar	36	36
Cofins a recuperar	350	350
Total Circulante	606	23
Não Circulante		
Imposto de renda diferido sobre:		
Prejuízos Fiscais (a)	7.653	-
Diferenças Temporais	74	-
Contribuição social diferida sobre:		
Bases Negativas (a)	4.592	-
Diferenças Temporais	44	-
Total Não Circulante	12.363	-
	12.970	23

- (a) A Companhia constitui créditos tributários em 2019 no montante de R\$12.306. Tal constituição foi possível devido ao estudo realizado pela Companhia onde demonstra possuir lucros tributáveis nos próximos anos de operação. No quadro abaixo, destacamos que em 3 anos iremos compensar 63% do total dos créditos tributários:

	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Lucros tributários futuros	4.189.382	8.409.526	13.131.104
Compensação créditos tributáveis (30%)	1.256.815	2.522.858	3.939.331
% Consumido	10%	21%	32%

8.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Movimentação do ativo diferido	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31/12/2018	(77)	(63)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(101)	(44)
Saldo em 30/06/2019	178	107
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	7.653	4.592
Ajustes Temporais	74	44
Ajustes de títulos e valores mobiliários	178	107
Saldo em 30/06/2020	7.905	4.743

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$30.612 (R\$30.765 em 31 de dezembro de 2019).

9 Custos de aquisição diferidos

9.1 Composição dos custos de aquisição diferidos

Grupo de ramo	30/06/2020	31/12/2019
R. C. Profissional	8	16
Rural	<u>6.064</u>	<u>4.428</u>
Total	<u><u>6.072</u></u>	<u><u>4.444</u></u>
Circulante	6.064	4.428
Não Circulante	8	16

9.2 Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo em 31/12/2018	<u><u>4.724</u></u>
Constituição	6.634
Amortização	<u>(8.377)</u>
Saldo em 30/06/2019	2.981
Saldo em 31/12/2019	4.444
Constituição	11.601
Amortização	<u>(9.973)</u>
Saldo em 30/06/2020	<u><u>6.072</u></u>

As despesas de comercialização são registradas quando da aceitação dos contratos de seguros e apropriadas ao resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento dessas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio.

10 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	30/06/2020	31/12/2019
Móveis e utensílios	10%	376	369
Informática	20%	470	466
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	33%	<u>609</u>	<u>597</u>
		<u><u>1.456</u></u>	<u><u>1.432</u></u>
Depreciação/Amortização acumulada		<u>(815)</u>	<u>(649)</u>
Total		<u><u>641</u></u>	<u><u>784</u></u>

(*) Amortização calculada conforme o prazo do contrato de aluguel (36 meses).

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo imobilizado:

	Saldos iniciais	Aquisições/ Transferências	Depreciação/ Amortização	Saldos finais
Móveis e utensílios	302	7	(17)	290
Informática	277	4	(45)	234
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>204</u>	<u>12</u>	<u>(100)</u>	<u>116</u>
Semestre findo em 30/06/2020	784	23	(166)	641
Semestre findo em 30/06/2019	1014	27	(151)	890

11 Intangível

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo intangível:

	Saldos iniciais	Aquisições	Amortização	Saldos finais
Software	<u>1.001</u>	<u>436</u>	<u>(68)</u>	<u>1.369</u>
Semestre findo em 30/06/2020	1.001	436	(68)	1.369
Semestre findo em 30/06/2019	482	-	-	482

12 Contas a pagar

O saldo de contas a pagar é composto por:

12.1 Obrigações a pagar

	30/06/2020	31/12/2019
Fornecedores	883	665
Juros sobre capital próprio a pagar	350	750
Provisão para participações nos lucros / bônus	<u>64</u>	<u>105</u>
Subtotal	<u>1.297</u>	<u>1.520</u>

12.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	30/06/2020	31/12/2019
Imposto de renda retido de funcionários	63	103
Impostos retidos de terceiros	53	57
Contribuições para o FGTS	12	40
Outros impostos retidos de terceiros	<u>36</u>	<u>136</u>
Subtotal	<u>164</u>	<u>336</u>

12.3 Encargos trabalhistas

	30/06/2020	31/12/2019
Férias e 13º a pagar	770	470
Encargos sobre férias e 13º salário	<u>263</u>	<u>166</u>
Subtotal	<u>1.034</u>	<u>636</u>

12.4 Impostos e contribuições

	30/06/2020	31/12/2019
PIS e COFINS	433	129
Subtotal	<u>433</u>	<u>129</u>

12.5 Outras contas a pagar

	30/06/2020	31/12/2019
Outras contas a pagar	-	70
Subtotal	<u>-</u>	<u>70</u>
Total	<u>2.928</u>	<u>2.691</u>

13 Débitos de operações de seguros e resseguros

Estão classificadas neste grupo as operações de prêmios cedidos em resseguro, comissões de corretagem a pagar e adiantamentos de sinistros a pagar. Os prêmios cedidos em resseguros são oriundos de contratos de resseguros para dar proteção aos contratos de seguros com cobertura para riscos do ramo Rural. As comissões de corretagem a pagar são oriundas de contratos de seguros intermediados por corretoras de seguros. Os adiantamentos de sinistros a pagar são oriundos de antecipações de recuperações de sinistros que ainda não foram liquidados financeiramente pela Companhia.

13.1 Composição dos prêmios cedidos em resseguro a pagar

Grupo de ramo	30/06/2020	31/12/2019
Rural	38.442	20.216
RVNE	<u>4.458</u>	<u>3.728</u>
Total	<u>42.900</u>	<u>23.944</u>
Circulante	42.900	23.944

13.2 Movimentação dos prêmios cedidos em resseguro

	Prêmios cedidos em resseguro
Saldo em 31/12/2018	<u>13.264</u>
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	28.028
Pagamentos	(25.174)
RVNE	<u>(979)</u>
Saldo em 30/06/2019	15.139
Saldo em 31/12/2019	23.944
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	38.353
Pagamentos	(19.810)
RVNE	<u>413</u>
Saldo em 30/06/2020	<u>42.900</u>

13.3 Composição dos corretores de seguros e resseguros

Grupo de ramo	30/06/2020	31/12/2019
Rural	<u>6.840</u>	<u>621</u>
Total	<u>6.840</u>	<u>621</u>
Circulante	6.840	621

13.4 Adiantamento de sinistros a pagar

Grupo de ramo	30/06/2020	31/12/2019
Rural	<u>6.466</u>	<u>-</u>
Total	<u>6.466</u>	<u>-</u>
Circulante	6.466	-

14 Ativos de resseguros e provisões técnicas - Resseguradoras

14.1 Ativos de resseguro

30/06/2020						
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das Provisões técnicas
R. C. Profissional	14	-	-	-	-	14
Rural	21.042	48.576	5.597	3.530	(7.333)	71.411
Total	21.056	48.576	5.597	3.530	(7.333)	71.425
Total classificado no ativo circulante	21.042	48.576	5.597	3.530	(7.333)	71.411
Total classificado no ativo não circulante	14	-	-	-	-	14

31/12/2019						
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas
R. C. Profissional	35	-	-	-	-	35
Rural	18.086	8.806	22.072	939	123	50.026
Total	18.121	8.806	22.072	939	123	50.061
Total classificado no ativo circulante	18.086	8.806	22.072	939	123	50.026
Total classificado no ativo não circulante	35	-	-	-	-	35

14.2 Provisões técnicas

30/06/2020						
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das Provisões técnicas
R. C. Profissional	38	-	-	-	-	38
Rural	35.546	52.437	6.061	3.807	(7.928)	89.923
Total	35.584	52.437	6.061	3.807	(7.928)	89.961
Total classificado no passivo circulante	35.546	52.437	6.061	3.807	(7.928)	89.923
Total classificado no passivo não circulante	38	-	-	-	-	38
31/12/2019						
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas
R. C. Profissional	63	-	-	-	-	63
Rural	29.694	9.457	23.404	1.009	132	63.697
Total	29.758	9.457	23.404	1.009	132	63.760
Total classificado no passivo circulante	29.694	9.457	23.404	1.009	132	63.697
Total classificado no passivo não circulante	63	-	-	-	-	63

14.3 Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>29.262</u>	<u>2.621</u>	<u>24.045</u>	<u>2.018</u>	<u>23.325</u>	<u>81.271</u>
(+) Prêmio emitido	40.027	-	-	-	-	40.027
(-) Prêmio ganho	(51.125)	-	-	-	-	(51.125)
(+) Aviso/Reversão de sinistro	-	62.779	-	-	-	62.778
(-) Pagamento de sinistro	-	(53.276)	-	-	-	(53.276)
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	5.677	-	-	-	5.677
(-) Pagamento de sinistro judiciais	-	(186)	-	-	-	(186)
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	(2.604)	-	-	(2.604)
(+/-) Constituição/Reversão IBNER	-	-	-	-	(22.136)	(22.136)
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	4.024	-	4.024
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	(3.310)	-	(3.310)
Saldo em 30 de junho de 2019	18.164	17.615	21.439	2.731	1.189	61.138
Saldo em 31 de dezembro de 2019	29.758	9.457	23.404	1.009	132	63.760
(+) Prêmio emitido	65.552	-	-	-	-	65.552
(-) Prêmio ganho	(59.726)	-	-	-	-	(59.726)
(+) Aviso/Reversão de sinistro	-	54.596	-	-	-	54.596
(-) Pagamento de sinistro	-	(13.669)	-	-	-	(13.669)
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	1.250	-	-	-	1.250
(+) Correção monetária de sinistro judiciais	-	803	-	-	-	803
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	(17.343)	-	-	(17.343)
(+/-) Constituição/Reversão IBNER	-	-	-	-	(8.060)	(8.060)
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	3.721	-	3.721
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	(923)	-	(923)
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>35.584</u>	<u>52.437</u>	<u>6.061</u>	<u>3.807</u>	<u>(7.928)</u>	<u>89.961</u>

14.4 Movimentação de ativos de resseguro - provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas - Resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2018	19.437	2.435	22.668	1.878	22.144	68.562
(+) Prêmio cedido	27.048	-	-	-	-	27.048
(-) Prêmio ganho cedido	(34.267)	-	-	-	-	(34.267)
(+) Aviso de sinistro	-	60.008	-	-	-	65.056
(-) Sinistros recuperados	-	(50.683)	-	-	-	(50.683)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(65)	-	-	-	(65)
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	5.048	-	-	-	5.048
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	(2.310)	-	-	(2.310)
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	3.796	-	3.796
(-) PDR recuperada	-	-	-	(3.114)	-	(3.114)
(+/-) Constituição/Reversão IBNER	-	-	-	-	(21.026)	(21.026)
Saldo em 30 de junho de 2019	18.164	16.744	20.358	2.560	1.118	52.998
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.121	8.806	22.072	939	123	50.061
(+) Prêmio cedido	38.766	-	-	-	-	38.766
(-) Prêmio ganho cedido	(35.831)	-	-	-	-	(35.831)
(+) Aviso de sinistro	-	51.816	-	-	-	51.816
(-) Sinistros recuperados	-	(1.677)	-	-	-	(1.677)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(13.060)	-	-	-	(13.060)
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	1.939	-	-	-	1.939
(+) Correção montária de sinistros judiciais	-	752	-	-	-	752
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	(16.475)	-	-	(16.475)
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	3.453	-	3.453
(-) PDR recuperada	-	-	-	(862)	-	(862)
(+/-) Constituição/Reversão IBNER	-	-	-	-	(7.457)	(7.457)
Saldo em 30 de junho de 2020	21.056	48.576	5.597	3.530	(7.333)	71.425

15 Garantia de provisões técnicas

Para garantia das provisões técnicas as seguintes parcelas do ativo da Companhia estavam retidas ou vinculadas à SUSEP:

	30/06/2020	31/12/2019
Cotas de fundos de investimentos	45.353	15.561
Títulos de renda fixa - públicos (NTN-F)	-	19.811
Total de ativos dados em garantia (A)	45.353	35.372
Provisões técnicas - resseguro	89.961	63.760
(-) Ativo redutor de PPNG	(6.002)	(3.655)
(-) Direitos creditórios	(23.400)	(478)
(-) Recuperação de provisões técnicas de sinistros - resseguro	(43.902)	(31.940)
Total a ser coberto (B)	13.008	27.687
Excedente de ativos vinculados (A) - (B)	28.696	7.685

16 Provisões Judiciais

A Companhia possui ações judiciais de natureza Cível, Trabalhistas e Outros. Para todos os casos, a Companhia segue o CPC 25 – Passivo Contingente para avaliar a contabilização dos valores envolvidos, nesse contexto, ações com risco de perda possível ou remoto não são provisionados.

16.1 Processos cíveis

Em 30 de junho de 2020 a Companhia possuía 17 (dezessete) ações cíveis decorrentes de sua atividade operacional, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. De acordo com a análise dos consultores jurídicos a probabilidade de perda desses processos foi classificada como possível com valor de risco envolvido de R\$1.346.

16.2 Outros

Em 30 de junho de 2020 a Companhia possuía um auto de infração lavrado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. De acordo com a análise dos consultores jurídicos a probabilidade de perda deste processo foi classificada como possível com valor de risco envolvido de R\$20.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 30 de junho de 2020 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 59.700 (R\$59.700 em 31 de dezembro de 2019) está dividido em 77.212.205 (77.212.205 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

18 Adequação de capital

	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido	41.318	40.527
Ajustes contábeis		
(-) Ativos intangíveis	<u>(1.369)</u>	<u>(1.001)</u>
(-) Despesas antecipadas	<u>(741)</u>	<u>(216)</u>
(-) Créditos tributários	<u>(12.244)</u>	<u>(12.306)</u>
Patrimônio líquido ajustado Subtotal	<u>26.964</u>	<u>27.004</u>
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	-	-
I - Patrimônio líquido ajustado Total	<u>26.964</u>	<u>27.004</u>
Capital base (CB) (a)	<u>15.000</u>	<u>15.000</u>
II - Capital de risco (CR) (b)	<u>12.294</u>	<u>9.395</u>
Capital de Risco de Subscrição	6.814	4.859
Capital de Risco de Crédito	6.208	4.510
Capital de Risco de Mercado	1.233	1.596
Capital de Risco Operacional	597	684
Benefício de diversificação	(2.558)	(2.254)
III - Capital Mínimo Requerido (CMR) - maior entre (a) e (b)	<u>15.000</u>	<u>15.000</u>
IV - Suficiência de Capital (PLA-CMR)	<u>11.964</u>	<u>12.200</u>
V - Ativos Líquidos	<u>28.696</u>	<u>7.685</u>
Capital de Risco Reduzido	12.294	9.395
VI - Índice de Liquidez em relação ao Capital de Risco (V / II) (*)	233%	82%
VII- Suficiência de PLA em relação ao CMR (I/ III) (**)	180%	180%

(*) VI - liquidez em relação ao CR: situação caracterizada quando a supervisionada apresentar montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do capital de risco (CR), deduzido deste valor o superávit de fluxos de prêmios / contribuições não registrados apurado no TAP, limitado ao efeito no CR da parcela de risco de mercado relativa aos fluxos de prêmios e contribuições não registradas;

(**) VII - Plano de Regularização de Solvência (PRS): plano que deverá ser enviado à Susep pela supervisionada, visando à recomposição da situação de solvência, quando a insuficiência do PLA em relação ao CMR for de até 50% (cinquenta por cento) ou quando a supervisionada apresentar insuficiência de liquidez em relação ao CR.

19 Índices Operacionais

30/06/2020					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Variação das provisões técnicas	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
R.C. Profissional	-	-	-	-	-
Rural	65.552	5.826	59.726	57,2	16,7
Total	65.552	5.826	59.726	57,2	16,7
30/06/2019					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Variação das provisões técnicas	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
R.C. Profissional	5	43	48	0%	18,8%
Rural	40.022	11.055	51.077	93%	16,4%
Total	40.027	11.098	51.125	93%	16,4%

Abaixo demonstramos a composição dos prêmios emitidos líquidos de resseguro:

30/06/2020					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
R.C. Profissional	-	-	-	-	-
Rural	65.552	(60.672)	4.880	7,5	92,5
Total	65.552	(60.672)	4.880	7,5	92,5
30/06/2019					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
R.C. Profissional	5	(3)	2	40%	60%
Rural	40.022	(38.606)	1.416	3,6%	96,4%
Total	40.027	(38.609)	1.418	3,6%	96,4%

20 Detalhamento das contas da demonstração do resultado

20.1 Sinistros ocorridos

	30/06/2020	30/06/2019
Indenizações avisadas	(55.846)	(68.455)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	8.060	22.136
Despesas com sinistros	(3.402)	(4.023)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	17.025	2.605
	<u>34.163</u>	<u>(47.737)</u>

20.2 Custos de aquisição

	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de comissão	(11.601)	(6.634)
Varição das despesas de comissão diferidas	1.628	(1.743)
	<u>(9.973)</u>	<u>(8.377)</u>

20.3 Resultado com resseguro

	30/06/2020	30/06/2019
Recuperação com indenização de sinistro	51.814	65.056
Constituição IBNER	(7.457)	(21.026)
Despesas com sinistros	3.159	3.796
Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados	(16.181)	(2.310)
Prêmio de resseguro (liquido dos custos de aquisição)	(38.766)	(27.048)
Varição da provisão de prêmios não ganhos	2.935	(7.219)
Outros resultados com operações de resseguro	2	1.424
	<u>(4.490)</u>	<u>12.673</u>

20.4 Despesas administrativas

	30/06/2020	30/06/2019
Pessoal próprio	(5.785)	(2.781)
Serviços de terceiros	(2.890)	(2.914)
Localização e funcionamento	(600)	(779)
Publicações	(618)	(572)
Despesas administrativas diversas	33	474
	<u>(9.860)</u>	<u>(6.573)</u>

20.5 Despesas com tributos

	30/06/2020	30/06/2019
COFINS	(90)	(36)
PIS	(15)	(6)
Taxa de fiscalização	(268)	(221)
Outros (a)	(951)	(7)
	<u>(1.324)</u>	<u>(271)</u>

(a) Montante refere-se a despesas com tributos sobre exportação para as operações de resseguro.

20.6 Resultado financeiro

	30/06/2020	30/06/2019
Receitas financeiras		
Rendimentos com títulos de renda fixa privado	71	415
Rendimentos com títulos de renda públicos	164	817
Rendimentos com cotas de fundos de investimentos	1.261	-
Outras receitas	760	551
	<u>2.256</u>	<u>1.783</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre Capital Próprio	(350)	-
Outras despesas	(905)	(1.494)
	<u>(1.255)</u>	<u>(1.494)</u>
Resultado financeiro	<u>1.001</u>	<u>289</u>

21 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas.

	<u>Imposto de renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Resultado antes dos impostos e participações	758	(1.222)	715	(1.222)
(-) Participações sobre o lucro	55	24	55	24
(-) CSLL	44			
Lucro (Prejuízo) após as participações	<u>660</u>	<u>(1.245)</u>	<u>660</u>	<u>(1.245)</u>
Adições temporárias - provisões indedutíveis	8	2.703	8	2.703
Adições permanentes - despesas indedutíveis	61	3	61	3
Outras Adições		430		-
Exclusões temporárias - provisões indedutíveis	218	(1.891)	218	(1.891)
Base de cálculo antes das compensações	<u>511</u>	<u>-</u>	<u>511</u>	<u>(430)</u>
(-) Compensação PF/BN	(153)	-	(153)	-
Base de Cálculo após as compensações	<u>358</u>	<u>-</u>	<u>358</u>	<u>-</u>
Despesa do ano corrente	(75)	-	(54)	-
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	<u>(75)</u>	<u>-</u>	<u>(54)</u>	<u>-</u>

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL corrente	21%	-	15%	-
Créditos Tributários:				
Diferenças temporárias - ano corrente	(53)	-	(31)	-
Diferenças temporárias - ano anterior	253	-	152	-
Prejuízos Fiscal e Base Negativa	(38)	-	(23)	-
IRPJ e CSLL Diferido	162	-	98	-
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	87	-	44	-

22 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos funcionários e diretores a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar. O plano escolhido é o Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL), administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e classificado na categoria de contribuição definida. As despesas com esse benefício registradas no resultado do exercício montam R\$ 172 (R\$30 em 2018).

23 Partes relacionadas

Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

23.1 Resseguro

A NEWE Seguros (anteriormente denominada Markel Seguradora do Brasil S.A.) possuía contrato de resseguro com a Markel Resseguradora do Brasil S.A., empresa que fazia parte do mesmo grupo econômico até 30 de outubro de 2019, data que através da portaria N°7.556, a SUSEP aprovou a mudança do controle acionário.

O contrato de resseguro possuía início de vigência em 24 horas de 31 de maio de 2017 e fim de vigência em 24 horas de 17 de julho de 2019.

Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

Markel Resseguradora do Brasil S.A.

	30/06/2020	31/12/2019
Ativo		
Operações com Resseguradoras	-	663
Ativos de resseguros	-	24.728
	-	25.391
Passivo		
Contas a pagar (Cost share agreement)	-	-
Operações com resseguradoras	-	3.318
	-	3.318

	30/06/2020	30/06/2019
Resultado		
Prêmios de resseguro	-	(27.048)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	-	(7.219)
Prêmio Ganho	-	(34.267)
Variação da provisão de sinistros a liquidar	-	65.056
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	-	(21.026)
Variação da provisão de despesas relacionadas	-	3.796
Variação outros resultados com operações de resseguro	-	1.424
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	-	(2.310)
Despesas administrativas	-	46.940
Outras despesas administrativas (despesas <i>cost share agreement</i>)	-	476
	-	476
	-	13.149

23.2 Controladora

A NEWE Seguros é controlada pela CBM Participações desde 30 de outubro de 2019, data que através da portaria N°7.556, a SUSEP aprovou a mudança do controle acionário da antiga Markel Seguradora do Brasil S.A.

Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

CBM Participações

	30/06/2020	31/12/2019
Passivo		
Juros sobre Capital Próprio a Pagar	350	750
	350	750
	30/06/2020	30/06/2019
Resultado		
Despesas Financeiras		
Juros sobre Capital Próprio	350	-
	350	-

24 Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração paga a diretoria executiva no período é de R\$ 329 (R\$ 0,7 em 31 de dezembro de 2019) .

* * *

Diretoria

Diretor Presidente: Carlos Alberto Caputo
Diretor Vice Presidente: Gabriel Boyer Nogueira Lima
Diretor Vice Presidente: Rodrigo Motroni de Almeida

Contador: Vagner Gonçalves da Rocha
CRC nº 112111/O-7

Atuário: Gabriel Boyer Nogueira Lima
MIBA nº 1880